HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 6210.2022/0000384-1

DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE I - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia constante dos autos, que adoto como fundamento desta decisão, e nos termos da competência delegada pela Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, **CONHEÇO** da defesa prévia apresentada por EXPAND MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP, CNPJ/MF: 00.844.672/0001-83, por tempestiva, e no mérito **NEGO-LHE PROVIMENTO**, aplicando-lhe, com fundamento nas informações inseridas no Anexo da Nota de Empenho nº 5446/2021, a penalidade no montante de R\$ 806,40 (oitocentos e seis reais e quarenta centavos), que corresponde a 12% sobre o valor da Nota Fiscal nº 6954, pelo atraso na entrega do material.

- II - Prazo Recursal: 5 dias úteis.
- III - Publique-se.

PROCESSO Nº 6210.2021/0011694-6

DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE I – A vista dos elementos constantes nestes autos e pela competência que me foi delegada através da Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, **APLICO** à empresa EQUÍ-LIBRIO SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP, CNPJ nº 08.304.991/0001-08, a penalidade de multa no montante de R\$ 274,20 (duzentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), que corresponde a 10% sobre o valor da parcela mensal, em virtude de inexecução parcial referente ao período de novembro de 2021, conforme previsto no item 8.5 da cláusula VIII – das penalidades do Termo nº 007/2021, Nota de Empenho nº 4733/2021.

- II – Prazo Recursal de 05 (cinco) dias úteis.
- III – Publique-se.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHOS: LISTA 1061

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
ENDERECO: RUA CASTRO ALVES, 60

PROCESSO nº 6210.2022/0000764-2

Interessado (a): Antonio Aparecido dos Santos
Assunto: Reinclusão de Registro Hospitalar
Despacho Deferido

I - Defiro, nos termos do parecer da Procuradoria desta Autarquia.

II - Publique-se.

III - Após, encaminhe-se à Seção Técnica de Marcação de Consulta para anotações cabíveis.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO: 6310.2021/0005271-2

Interessado: Orlando Maia Júnior

Assunto: Pagamento Auxílio Funeral pelo falecimento da servidora aposentada do IPREM Eunice Maia Macatto - R.F. 760.079-8/1, ocorrido em 27/11/2021.

DESPACHO:

Torno sem efeito o contido no Despacho Autorizatório Sei! 057743351 e tendo em vista os elementos que instruem o presente, DEFIRO o pagamento referente à Solicitação de Auxílio Funeral, constante no Documento Sei! 056933794 no valor total de R\$ 4.054,54 (quatro mil cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), em favor de **ORLANDO MAIA JÚNIOR**, inscrito no CPF/ MF sob o n.º 939.660.328-72, com base no artigo 125, parágrafo único, da Lei 8989/79, regulamentado pelo Decreto nº 17.616/81 e artigo 2º § 1º da Lei nº 17.457/20, pelo falecimento da servidora **EUNICE MAIA MACATTO - R.F. 760.079-8/1** em 27/11/2021, conforme Certidão de Óbito registrada sob Documento Sei! 056936224;

Processo: 6310.2022/000173-7

Interessado: Nelson Arruda

Assunto: Pagamento Auxílio Funeral pelo falecimento da servidora aposentada do IPREM Aparecida Mirian Arruda - R.F. 760.236-7/1, ocorrido em 18/12/2021.

DESPACHO:

Torno sem efeito o contido no Despacho Autorizatório Sei! 057711528, tendo em vista os elementos que instruem os autos, DEFIRO o pagamento referente à Solicitação de Auxílio Funeral, constante no Documento Sei! 057495470, valor total de R\$ 4.054,54 (quatro mil cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), em favor de **NELSON ARRUDA**, inscrito no CPF/ MF sob o n.º 070.776.218-98, com base no artigo 125, parágrafo único, da Lei 8989/79, regulamentado pelo Decreto nº 17.616/81 e artigo 2º § 1º da Lei nº 17.457/20, pelo falecimento da servidora aposentada do IPREM **APARECIDA MIRIAN ARRUDA - R.F. 760.236-7/1**, em 18/12/2021, demonstrado por meio da Certidão de Óbito registrada sob Documento Sei! 057495505.

BENEFÍCIOS

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – DEFERIDOS

6310.2021/0002682-7 - MARIA HELENA DE SOUZA - PROCURADOR: HELIO MAZZOCO JUNIOR - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 051310811, com base nos Decretos Municipais Nº 46.861/2005, e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso IV da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal Nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu art. 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu art. 7º, inciso IX, alínea b6.

DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – HOMOLOGAÇÃO

6410.2021/0009506-7 - SFMSP – MARCIA SIMIONI – RF(s) nº(s) 1872/2 - CTC(s) nº(s) 1204/IPREM/2021 emitida(s) em 24/09/2021;

6410.2020/0013972-0 - SFMSP – LÁZARO JOSÉ DA SILVA FILHO – RF(s) nº(s) 2667/2 - CTC(s) nº(s) 141/IPREM/2021 emitida(s) em 05/02/2021;

6410.2021/0010168-7 - SFMSP – ANTONIO DOS SANTOS SOUZA – RF(s) nº(s)1707/2 - CTC(s) nº(s) 1205/IPREM/2021 emitida(s) em 24/09/2021;

6016.2021/0118408-8 - PMS – ERICA LUZIANE ALVES PADILHA – RF(s): 692.404.2-02 - CTC(s) nº(s) 1571/IPREM/2021 emitida(s) em 29/11/2021;

6018.2021/0064893-6 - PMS – FLAVIA VERNASCHI LIMA – RF(s): 640.848.6-01 - CTC(s) nº(s) 51/IPREM/2022 emitida(s) em 17/01/2022;

6050.2022/0000297-8 - PMS – TAIS VIUDES DE FREITAS – RF(s): 727.743.1-01 - CTC(s) nº(s) 93/IPREM/2022 emitida(s) em 27/01/2022;

6016.2022/0004545-0 - PMS – ADRIANA APARECIDA CARVALHO MARIANO DA SILVA RF(s): 589.760.2-01 - CTC(s) nº(s) 67/IPREM/2022 emitida(s) em 18/01/2022 e

6016.2021/0131745-2 - PMS – CLEIDE SANTANA DE ASSIS – RF(s): 576.587.1-01 - CTC(s) nº(s) 1706/IPREM/2021 emitida(s) em 29/12/2021.

HOMOLOGO as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008. Publicada no DOU de 16/05/2008.

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO- CANCELAMENTO DE HOMOLOGAÇÃO

2011-0.209.405-2 - PMS – FLAVIA VERNASCHI LIMA – RF(s): 640.848.6-01 - CTC(s) nº(s) 3042/IPREM/2011 publicada(s) em 12/10/2011 e

2017-0.054.649-6 SFMSP – ANTONIO DOS SANTOS SOUZA RF(s):): 1707/2 –CTC(s) nº(s) 1941/IPREM/2017 publicada(s) em 28/06/2017.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GABINETE DO CONTROLADOR GERAL

PROCESSO: 6067.2019/0025521-0

Interessada: Corregedoria Geral do Município

Assunto: PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE PESSOA JURÍDICA. Pedido de prorrogação de prazo.

I - Diante das justificativas apresentadas pelo Presidente da Comissão Processante (SEI 057809901) constituída pela Portaria nº 193/2019-CGM (documento SEI 024562524), e alterada pela Portaria nº 64/2020 (documento SEI 027212038), que acolho e adoto como razão de decidir, no uso da competência prevista pela Lei Municipal nº 15.764/2013, conforme a Lei Municipal nº 16.974/2018, bem como pelo artigo 10, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 12.846/2013 e pelo artigo 6º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 55.107/2014; considerando ainda as providências já adotadas e a necessidade de complementação da instrução; prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 04/02/2022 o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão no presente processo administrativo de apuração de responsabilidade de pessoa jurídica.

II - Publique-se

DANIEL FALCÃO

Controlador Geral do Município

ADVOGADA: Dra. Valéria Nepomuceno Bittencourt - OAB/SP 314.900

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 6018.2022/0006397-2

PORTARIA Nº 039/2022-SMS.G

O Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que remanesce a situação de emergência de saúde pública no Município de São Paulo, decretada pelo artigo 1º do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020;

CONSIDERANDO a mudança no cenário epidemiológico, com aumento rápido e significativo de casos confirmados para covid-19, provocado pela circulação da variante Ômicron nesta Capital;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o art.2º da Portaria nº 294/2021-SMS.G, de 30 de junho de 2021.

Art. 2º Autorizar, em caráter excepcional, o regime de teletrabalho às servidoras gestantes e lactantes, enquanto perdurar a situação de emergência instituída pelo Decreto nº 59.283/2020.

Art. 3º A execução do teletrabalho consistirá no desenvolvimento, à distância, das tarefas habituais e rotineiras desenvolvidas pelas gestantes e lactantes, quando passíveis de serem realizadas de forma não presencial, ou de cumprimento de plano de trabalho ou tarefas específicas, mensuráveis objetivamente, desde que compatíveis com as atribuições do cargo ocupado e com sua unidade de lotação.

Parágrafo único. Compete às chefias imediata e mediata autorizar e realizar o acompanhamento e fiscalização das atividades exercidas pelas servidoras submetidas ao regime de teletrabalho de que trata o caput deste artigo, sob pena de responsabilização funcional nos termos da legislação vigente.

Art. 4º As servidoras submetidas ao regime de teletrabalho deverão observar as seguintes medidas:

I – permanecer em sua residência, à disposição da Administração Pública Municipal durante o seu horário diário de expediente, de acordo com a jornada normal de trabalho;

II – cumprir as tarefas nos prazos e condições assinaladas pela chefia imediata, informando, sempre que solicitada, o andamento dos trabalhos e apontando, tempestivamente, eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar a entrega dos trabalhos sob sua responsabilidade;

III - cumprir diretamente as atividades que lhes forem designadas, sendo vedada a utilização de terceiros para esse fim;

IV - manter telefones locais de contato e endereço eletrônicos atualizados e ativos;

V - atender às solicitações de providências, informações e outras demandas encaminhadas pela chefia imediata e mediata pelos telefones de contato ou endereço eletrônico indicado;

VI – estar disponível para comparecimento à sua unidade, durante o seu horário diário de expediente, bem como outras providências sempre que houver convocação no interesse da Administração;

Parágrafo único - A inobservância injustificada de qualquer um dos requisitos previstos nos incisos do “caput” deste artigo caracterizará falta injustificada, nos termos do artigo 92, incisos I e III, da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979.

Art. 5º As servidoras submetidas ao regime de teletrabalho de que trata o Art. 2º deverão dar ciência ao Plano de Trabalho ou tarefas específicas, estabelecidos pela chefia imediata ou mediata conforme modelo constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 6º Deverão ser apontadas no campo “Observação” da Folha de Frequência Individual – FFI da servidora, o período de sua submissão ao regime de teletrabalho, com a indicação da Portaria ora tratada.

Art. 7º O regime de teletrabalho é incompatível com a concessão à servidora do Auxílio-Transporte e convocação de horas suplementares.

Art. 8º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Plano de Trabalho ou designação de tarefa(s) especial(ais) para servidora em regime de teletrabalho.

1. Identificação da servidora

Nome	
CPF	
RF	
Carreira	
Cargo de provimento em comissão	
E-mail	
E-mail alternativo	
Horário de expediente	
Possui recurso disponível para videochamada?	
Órgão da Administração	
Unidade interna de atuação	
Nome da chefia da unidade	

2. Nome e objeto das atividades ou projetos a serem desenvolvidos em teletrabalho

3. Considerações complementares

São Paulo, ____/____/2022.

(Assinatura)
Chefia imediata/mediata

Ciente:

(Assinatura)
Servidora

PROCESSO: 6018.2022/0001997-3**PORTARIA Nº 007/2022-SMS.G**

CONSIDERANDO que na cidade de São Paulo a epidemia de HIV/Aids tem características importantes, notadamente marcada por questões sociais e estruturais;

CONSIDERANDO que na cidade de São Paulo, segmentos populacionais como gays e homens que fazem sexo com outros homens, mulheres transexuais e travestis, profissionais do sexo e pessoas usuárias de álcool e outras drogas têm maior vulnerabilidade à epidemia de HIV/Aids em relação à população em geral;

CONSIDERANDO que na cidade de São Paulo, assim como no Brasil, jovens, pessoas negras, pessoas em situação de rua e indígenas são populações prioritárias no enfrentamento à epidemia de HIV/Aids;

CONSIDERANDO que na cidade de São Paulo, a epidemia de HIV tem se concentrado cada vez mais no sexo masculino, sobretudo em homossexuais do mesmo gênero;

CONSIDERANDO que pesquisas no Brasil têm mostrado que mulheres trans e travestis possuem prevalência de HIV superior a 30 vezes mais do que a população em geral;

CONSIDERANDO que na cidade de São Paulo, em 2020, mulheres pretas apresentaram taxa de detecção de HIV quase quatro vezes maior que as mulheres brancas, e homens pretos três vezes mais que homens brancos;

CONSIDERANDO que na cidade de São Paulo, a taxa de detecção de HIV é maior nas faixas etárias mais jovens, entre 20 e 29 anos;

CONSIDERANDO que o trabalho de educação entre pares tem sido uma importante estratégia para a aproximação das populações mais vulneráveis e prioritárias para o acesso ao diagnóstico e ao tratamento de HIV/Aids, ampliação da disponibilização dos preservativos externos, internos e géis lubrificantes, aumento do conhecimento sobre as profilaxias pré-exposição (PrEP) e pós-exposição (PEP) ao HIV;

CONSIDERANDO que desde 2002 a Coordenadoria de IST/Aids da Cidade de São Paulo realiza trabalho de educação entre pares por meio de agentes de prevenção junto às populações mais vulneráveis e/ou prioritárias à epidemia de HIV/Aids, o que tem sido estrategicamente importante para reduzir as vulnerabilidades sociais e programáticas em relação ao HIV/Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis, aumentando o conhecimento e o acesso quanto à prevenção combinada;

CONSIDERANDO que atualmente a Coordenadoria de IST/Aids da Cidade de São Paulo mantém seis projetos de prevenção, para as respectivas populações, quais sejam: Arrasa, Mona! (mulheres trans e travestis), Cidadania Arco-Íris (gays e outros HSH), Elas por Elas (mulheres em maior situação de vulnerabilidade), Plantão Jovem (jovens em maior situação de vulnerabilidade), PRD Sampa (usuários de álcool e outras drogas) e Tudo de Bom (profissionais do sexo), com aproximadamente 300 agentes de prevenção vinculados aos 26 serviços da Rede Municipal Especializada de IST/Aids;

CONSIDERANDO que os/as agentes de prevenção realizam atividades frequentes (semanais, quinzenais ou mensais) de prevenção em mais de 1.300 pontos (conforme mapeamento de 2019), na cidade de São Paulo, nos seis macroterritórios que abrangem Coordenadorias Regionais de Saúde;

CONSIDERANDO que o mapeamento é realizado por agentes de prevenção conjuntamente às/ aos técnicas/os de prevenção das unidades da Rede Municipal Especializada de IST/Aids e Coordenadoria de IST/Aids para ampliar as atividades de prevenção nos territórios, como novos locais para dispensação de preservativos e gel lubrificante, indicação de locais para testagem rápida extramuros e PrEP na Rua;

CONSIDERANDO que pela primeira vez na história da epidemia de HIV, no município de São Paulo, pelo quarto ano consecutivo houve redução de novos casos, 35,6%, comparando 2016 a 2020;

CONSIDERANDO que na cidade de São Paulo, o número de casos de Aids vem reduzindo desde 2013 e houve diminuição de 37,3% entre 2016 e 2020;

CONSIDERANDO que a retenção da pessoa vivendo com HIV/Aids é importante para sua própria saúde e, consequentemente, a não transmissibilidade e que este trabalho também contribui para a redução do abandono do tratamento,

RESOLVE:

Art. 1º - Os projetos de prevenção da Coordenadoria de IST/Aids da Cidade de São Paulo, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, serão mantidos com ajuda de custo para a realização do trabalho de educação entre pares, não gerando vínculo funcional ou empregatício, nem obrigações de natureza trabalhista, previdenciária ou afins, não se aplicando, ao caso, o disposto na Portaria nº 470/2021/SMS.G.

Art. 2º - Outras categorias de agentes que atuam de diferentes formas, porém, com o mesmo objetivo de redução da epidemia de HIV/Aids, estão incluídos nesta Portaria.

Parágrafo único - Os agentes de prevenção estarão sob regime de cadastro e trabalho conforme as Diretrizes para a atuação do trabalho de Agentes de Prevenção da Coordenadoria de IST/Aids de São Paulo que se encontra vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCESSO: 6018.2021/0083573-6**PORTARIA Nº 020/2022-SMS.G**

O Secretário Municipal da Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - Considerar justificados, com fundamento no Decreto nº 48.743/07, os afastamentos SEM prejuízo de vencimentos, direitos e demais vantagens dos cargos, dos servidores abaixo relacionados, por terem participado do "XXII Congresso Brasileiro de Infectologia", no período de 14 a 17 de Dezembro de 2021, no formato Híbrido, em Goiânia/GO, conforme autorização prevista na Portaria nº 608/2021 - SMS.G, publicada no DOC de 09/12/2021 - pag. 30:

RF	Vin- culo	Nome	Cargo	Coordenadoria/Setor
8887560	1	ANDRE LEITE DE ABREU E ANS	Médico	Hosp Mun Dr Arthur Ribeiro de COTAIT
7836783	3	IARA VALERIA DA CUNHA ANS	Enfermeira	Hosp Mun Dr Fernando Mauro P SOUZA NOBREGA
7045786	2	ZARIFA KHOURY	Médico	SMS-G/IST/Aids

II - Excluir da Portaria nº 608/2021 - SMS.G, publicada no DOC de 09/12/2021 - pag. 30, os servidores abaixo relacionados, por não terem comprovado participação no "XXII Congresso Brasileiro de Infectologia", no período de 14 a 17 de Dezembro de 2021, no formato Híbrido, em Goiânia/GO:

RF	Vin- culo	Nome	Cargo	Coordenadoria/Setor
8887608	1	PRISCILA PEREIRA DANTAS DOS SANTOS	Médico	Hosp Mun Dr Fernando Mauro P da Rocha

III - Dispensar e Considerar justificado, com fundamento no Decreto nº 48.743/07, o afastamento sem prejuízo de vencimentos, direitos e demais vantagens dos cargos, dos servidores abaixo relacionados, por terem participado do "XXII Congresso Brasileiro de Infectologia", no período de 14 a 17 de Dezembro de 2021, no formato Híbrido, em Goiânia/GO, e não terem constado da Portaria nº 608/2021 - SMS.G, publicada no DOC de 09/12/2021 - pag. 30:

RF	Vin- culo	Nome	Cargo	Coordenadoria/Setor
8192359	1	ADRIANA DAMO FOLEGO	Odontóloga	CRS Leste/UVIS Cidade Tiradentes

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCESSO 6018.2022/0002244-3**PORTARIA Nº 033/2022 - SMS.G**

O Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 43.233, de 22 de maio e 2003,

CONSIDERANDO os expedientes que necessitam de apuração preliminar neste Gabinete,

RESOLVE:

I - Constituir Comissão de Apuração Preliminar, composta pelas seguintes servidoras, sob a presidência da primeira nomeada:

Presidente: PATRICIA SIERVO FREITAS PERRONI MARTINS - RF 743.118.0

Comissária: GICILENE ALENCAR LEBRÃO - RF 589.782.3

II - A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades quanto ao P.A. SEI nº 6018.2022/0002244-3; devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20 (vinte) dias.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROCESSO: 6018.2022/0000250-7**PORTARIA Nº 040/2022-SMS.G**

O Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando o disposto nos artigos 13 a 15 do Decreto nº 44.279/2003, resolve:

Constituir Comissão para análise da viabilidade da contratação pleiteada no Processo SEI nº 6018.2022/0000250-7, por notória especialidade e singularidade, nos termos do disposto no art. 25, II e § 1º e art. 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, obedecidas as disposições contidas nos artigos 13 a 15 do Decreto Municipal nº 44.279/2003, integrada pelos seguintes servidores:

NOME: CLÁUDIA REGINA GRAZIANO DE MORAES E ABREU
CARGO: Especialista em Saúde/Psicóloga
RF: 743.540-1

Presidente

NOME: CLAUDIA RUGGIERO LONGHI
CARGO: Especialista em Saúde/Médica
RF: 739.732-1

NOME: PAULA PAVAN ANTÔNIO
CARGO: Especialista em Saúde/ Terapeuta Ocupacional
RF: 819.276-6

II. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROCESSO 6018.2020/0060595-0**DESPACHO DO SECRETÁRIO**

O Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, considerando o disposto no Decreto nº 43.233/2003,

RESOLVE:

CONCEDER à Comissão Permanente de Apuração Preliminar, constituída pela Portaria nº 1198/2019-SMS-G, a prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos referentes ao processo administrativo nº 6018.2020/0060595-0.

PROCESSO 6018.2020/0021547-7**DESPACHO DO SECRETÁRIO**

O Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, considerando o disposto no Decreto nº 43.233/2003,

RESOLVE:

CONCEDER à Comissão Permanente de Apuração Preliminar, constituída pela Portaria nº 1198/2019-SMS-G, a prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos referentes ao processo administrativo nº 6018.2020/0021547-7.

DESPACHO**PROCESSO: 6018.2021/0040193-0**

I - A vista dos elementos constantes no processo administrativo nº 6018.2021/0040193-0, em especial a manifestação da Coordenadoria Jurídica desta Pasta, que acolho, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no art. 147-A, inciso I do Decreto nº 43.233/03, uma vez que foram justificadas as faltas consecutivas cometidas pela servidora Lucimara Nascimento Udala, RF nº 717.614.7, no período compreendido de 08/10/2019 a 08/11/2019.

DESPACHO**PROCESSO: 6018.2019/0038796-9**

I - A vista dos elementos constantes no processo 6018.2019/0038796-9; e, em especial a manifestação da Coordenadoria Jurídica - COJUR, desta Pasta, que acolho, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no art. 102, inciso II, do Decreto nº 43.233/2003, uma vez que não restou comprovada a existência de responsabilidade funcional na Apuração Preliminar.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

P.A. 6018.2021/0080394-0 À vista do noticiado no presente administrativo, em especial das manifestações da Supervisão de Administração e Finanças desta Coordenadoria e Assessoria Jurídica, que acolho, respeitadas as diretrizes orçamentárias vigentes, nos termos da competência delegada pelo Decreto Municipal nº 46.209 e da Portaria nº 727/2018 - SMS.G, e, fundamentado pelos Decretos nº 46.662/2005, artigo 3º, I e II, c/c art. 7º, inciso V, e nº 55.427/2014, **APROVO** a minuta do edital e **AUTORIZO** a abertura do presente certame licitatório, modalidade **PREGÃO**, tipo **ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **menor preço por item**, objetivando a aquisição de **ELETRODOMÉSTICOS** e **EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA** para utilização em unidades de saúde desta Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste .

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

P.A. 6018.2022/0000679-0 À vista do noticiado no presente administrativo, em especial das manifestações da Supervisão de Administração e Finanças desta Coordenadoria e Assessoria Jurídica, que acolho, respeitadas as diretrizes orçamentárias vigentes, nos termos da competência delegada pelo Decreto Municipal nº 46.209 e da Portaria nº 727/2018 - SMS.G, e, fundamentado pelos Decretos nº 46.662/2005, artigo 3º, I e II, c/c art. 7º, inciso V, e nº 55.427/2014, **APROVO** a minuta do edital e **AUTORIZO** a abertura do presente certame licitatório, modalidade **PREGÃO**, tipo **ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **menor preço por item**, objetivando a aquisição de **MATERIAL PARA REABILITAÇÃO FÍSICA** para utilização em unidades de saúde desta Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste .

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

P.A. 6018.2022/0000750-9 À vista do noticiado no presente administrativo, em especial das manifestações da Supervisão de Administração e Finanças desta Coordenadoria e Assessoria Jurídica, que acolho, respeitadas as diretrizes orçamentárias vigentes, nos termos da competência delegada pelo Decreto Municipal nº 46.209 e da Portaria nº 727/2018 - SMS.G, e, fundamentado pelos Decretos nº 46.662/2005, artigo 3º, I e II, c/c art. 7º, inciso V, e nº 55.427/2014, **APROVO** a minuta do edital e **AUTORIZO** a abertura do presente certame licitatório, modalidade **PREGÃO**, tipo **ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **menor preço por item**, objetivando a aquisição de **MATERIAL PARA REABILITAÇÃO FÍSICA** para utilização em unidades de saúde desta Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste .

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE**DESPACHO DA COORDENADORA REGIONAL DE SAÚDE**

6018.2017/0019295-1 - À vista dos elementos contidos no presente, e no uso da competência a mim delegada pela Portaria 727/2018-SMS.G, e ainda, a manifestação no link 057972959, que acolho como razão de decidir, e observadas as cautelas de estilo, AUTORIZO a INCLUSÃO em 24,345%, referente a 10 (dez) veículos tipo Gol ou similar, a partir de 01/02/2022, no valor mensal R\$ 75.034,40 (setenta e cinco mil, trinta e quatro reais e quarenta centavos), principal (fixo), e de R\$ 3.808,36 (três mil, oitocentos e oito reais e trinta e seis centavos), principal (hora extra), junto ao Contrato 07/2018-CRS.Leste, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na locação de veículos com motorista, combustível e quilometragem livre para uso desta Coordenadoria Regional de Saúde Leste, em favor da empresa SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, CNPJ 09.445.502/0001-09, com fundamento alínea 'b', inciso I do artigo 65, da Lei Federal 8.666/93 c/c a Lei Municipal 13.278/02 e Decreto Municipal 44.279/03. Outrossim, AUTORIZO a emissão da Nota de empenho para cobrir o período de 01/02/2022 à 31/12/2022, no valor de R\$ 662.636,70 (seiscentos e sessenta e dois mil seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos), principal (fixo), de R\$ 162.741,70 (cento e sessenta e dois mil setecentos e quarenta e um reais e setenta centavos), reajuste (fixo); de R\$ 33.632,28 (trinta e três mil seiscentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos), principal (hora extra), e de R\$ 8.259,68 (oito mil duzentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos), reajuste (hora extra), em consonância com a disponibilidade de cotas definidas, nos termos dos arts. 58 e 60 da Lei Federal 4.320/64, e Decreto Municipal 60.052/2021, para cobrir despesas mencionadas, onerando a dotação, onerando a dotação 84.26.10.301.3003.2.509.3.3.90.39.00.00, do orçamento vigente.

6018.2022/0006164-3 - À vista dos elementos constantes neste administrativo, e face da competência a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G, AUTORIZO a emissão da Nota de Empenho no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), objetivando atender despesas de auxílio às pessoas carentes (Hospital de Pesquisas e Reabilitação de Lesões Palatais/USP Bauru), junto à Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus, para o período de FEVEREIRO/2022, em nome da servidora DAISY RODRIGUES GODOY, CPF 129.393.808-48, com fulcro nos Decretos 23.639/87; Lei 10.513/88, artigo 2.º, inciso IV regulamentado pelo Decreto 48.592/07 (com alterações introduzidas pelo Decreto 52.756/11), e ainda, Portaria 77/2019-SF e Portarias 32/2013-SMS.G, alterada pela Portaria 76/2018-SMS.G e 1716/2013-SMS.G, onerando a dotação 84.26.10.301.3003.2.520.33.90.48.00.00, do orçamento vigente.

6018.2022/0006065-5 - À vista dos elementos constantes neste administrativo, e face da competência a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G, AUTORIZO a emissão da Nota de Empenho no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), objetivando atender as despesas de auxílio com transporte urbano a pacientes carentes, junto à Supervisão Técnica de Saúde do Guaianases, para o período de FEVEREIRO/2022, em nome do servidor MARIA JOSÉ DA SILVA MACHADO, CPF 127.333.528-73, com fulcro nos Decretos 23.639/87; Lei 10.513/88, artigo 2.º, inciso IV regulamentado pelo Decreto 48.592/07 (com alterações introduzidas pelo Decreto 52.756/11), e ainda, Portaria 77/2019-SF e Portaria 32/2013-SMS.G, alterada pela Portaria 76/2018 e Portaria 1716/13-SMS.G, onerando a dotação 84.26.10.301.3003.2.520.33.90.48.00.00, do orçamento vigente.

POR OMISSÃO**PORTARIA 121/2021 CRS.Leste**

Sra. Nilza Maria Piassi Bertelli, Coordenadora Regional de Saúde-Leste, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei 13.325, de 08 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a organização do Conselho Gestor nas Unidades do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6.º do Decreto 44.658/04, que regulamenta a Lei 13.325, de 2002, com alterações introduzidas pelos artigos 20, 21 e 22 da Lei 13.716, de 07 de janeiro de 2004.

RESOLVE:

I - HOMOLOGAR o Conselho Gestor da UBS Jardim Colonial, da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus.

II - O Conselho Gestor passa a ter a seguinte composição:

Nome	Função
Marli Pereira Ramos da Silva	RG 17.331.702-9 TITULAR
Cleide Dantas Ribeiro	RG 16.508.130-2 SUPLENTE
Trabalhadores	
Rosineide Gomes de Lima	RG 23.771.274-X TITULAR
Suell Pereira da Silva	RG 16.997.339 SUPLENTE
Usuários	
Luiz Antonio Rodrigues dos Santos	RG 7.477.340-9 TITULAR
Patrícia Ribeiro dos Santos	RG 22.287.682-7 TITULAR
Maria Aparecida Casares de Araujo	RG 6.686.085 SUPLENTE
Jessica Marques de Cavalho	RG 48.329.792-6 SUPLENTE

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE**DESPACHO DO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****PROCESSOS DE ADIANTAMENTO BANCÁRIO APROVADOS**

Nos termos do disposto no artigo 16, do Decreto nº 48.592 de 06 de agosto de 2007, e Portaria SMS.G 32/13, APROVO a prestação de contas dos processos de adiantamento abaixo relacionados.

PROCESSO	RESPONSÁVEL	PERÍODO	VALOR
6018.2021/0089103-2	Silvia Terumi Horikawa	Dezembro/2021	800,00
6018.2021/0090800-8	Edna Cardoso dos Santos Nunes	Dezembro/2021	1.000,00
6018.2021/0090588-2	Elma de Oliveira Aguiar	Dezembro/2021	440,00
6018.2021/0094965-0	Patrícia Garcia Braga	Dezembro/2021	1.200,00
6018.2021/0089026-5	Elizabeth Aparecida da Silva?	Dezembro/2021	1.300,00
6018.2021/0089533-4	Daisy Rodrigues Godoy	Dezembro/2021	1.760,00
6018.2021/0089512-7	Rosely Ramos da Silva	Dezembro/2021	1.348,00

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE**POR OMISSÃO DE PUBLICAÇÃO**

2015-0.239.133-0 I - À vista do noticiado no presente administrativo, considerando a essencialidade dos serviços e a impossibilidade de solução de continuidade dos serviços objeto do presente ajuste, face à delegação excepcional contida na Portaria 702/2018-SMS.G, e suas alterações, AUTORIZO a celebração do Termo Aditivo nº 059/2021 ao Contrato de Gestão nº R019/2016-CPCSS/SMS firmado entre esta Pasta e a entidade SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECONCI, CNPJ nº 61.687.356/0001-30 cujo objeto consubstancia-se no gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial da Supervisão Técnica de Ermelino Matarazzo, objetivando a aprovação do novo Plano de Trabalho e Plano Orçamentário pelo período de 01/01/2022 a 31/01/2022, cujo orçamento estimado para este período corresponde ao valor total de R\$ 14.455.488,47 (Quatorze milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos) onerando as dotações orçamentárias vigentes.

II - AUTORIZO, outrossim, a emissão da nota de empenho para o período mencionado.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE**DESPACHO**

I - 6018.2022/0006024-8 - À vista dos elementos que instruem o presente administrativo e manifestações da Divisão de Administração e Finanças (SEI nº 057946064) e Assessoria Jurídica (SEI nº 057967268), que acolho, com fundamento nos Decretos nº 40.384/2001 e 58.102/2018, e, nos termos da competência delegada pela Portaria nº 727/2018-SMS/G e de acordo com as informações contidas no documento SEI nº 057945418, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, ACEITO A DOAÇÃO SEM ENCARGOS, dos equipamentos e móveis mencionados no documento SEI nº 057945418, no valor total de R\$ 4.019,40 (quatro mil dezenove reais e quarenta centavos) realizada pela UNIÃO SOCIAL CAMILIANA - CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO, CNPJ n.º 58.250.689/0012-45, doados em decorrência do Termo de Parceria ao Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) - vinculado ao processo nº 6018.2016/0008586-0 (documento SEI nº 057945221).

DESPACHO

I - 6018.2020/0004981-0 - À vista do noticiado no presente e em especial pela manifestação de SMS/AJ (SEI 027634516) e de SMS/CRS-O/AJ (documento SEI nº 048391327), que acolho como razão de decidir, e em conformidade com as atribuições a mim conferidas através do Decreto Municipal nº 59.685/2020 e da Portaria nº 727/2018-SMS.G, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente processo.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUL**DESPACHO AUTORIZATÓRIO****PROCESSO Nº. 6018.2021/0061828-0**

À vista dos elementos contidos no processo administrativo nº. Processo nº. 2013-0.339.733-8 e Sei 6018.2021/0061828-0, e ainda, a Portaria nº nº. 585/2021-SMS.G que delegou a competência para aprovação dos Planos de Trabalho, empenho e formalização das despesas de custeio e investimentos à Coordenadoria Regional de Saúde - SUL e CONSIDERANDO a aprovação de contas pela Coordenação de Parceiras e Contratação de Serviços de Saúde -CPCSS,

I - AUTORIZO o Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº R006/2015/CPSS/SMS, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Organização Social - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM", CNPJ nº. 66.518.267/0002-64, para constar a Utilização de recurso de Saldo Financeiro para contratação/aquisição de testes necessários para o diagnóstico do Coronavírus 2019 (SARS-COV-2) exame tipo RT-PCR, conforme Portarias 492/2020, 054/2021, 140/2021; 295/2021 e 353/2021 SMS.G. para o período de 01 à 31 de agosto de 2021, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a título de custeio.

DESPACHO AUTORIZATÓRIO**PROCESSO Nº. 60**